



INSTITUTO DE PESQUISA,
ESTUDO E AÇÃO EM DEFESA
DA DEMOCRACIA POPULAR

IDP

INSTITUTO DEMOCRACIA
POPULAR

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2016

ÍNDICE



CURSO DE EXTENSÃO EM ECONOMIA DO TRABALHO E SINDICALISMO

O Curso de Extensão em Economia do Trabalho e Sindicalismo originou-se em um aprofundamento da parceria entre o CESIT- Centro de Estudos Sociais e de Economia do Trabalho e o Instituto Democracia Popular, com o apoio do Dieese – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Consubstancia-se em uma formação de 70 horas, divididas em 10 módulos de 7 (sete) horas cada, sendo cada módulo ministrado uma vez por mês (sexta à noite e sábado pela manhã). O curso foi iniciado em agosto de 2016 e irá prolongar-se até junho de 2017 e vem sendo realizado no Auditório 01 da FUNPAR.

Em cada encontro é abordada uma temática específica que dialoga com as disciplinas ministradas nos cursos de extensão pelos professores do CESIT/Instituto de Economia da Unicamp. Portanto, as temáticas selecionadas têm a finalidade de realizar uma discussão contemporânea nas áreas de economia, globalização, mercado de trabalho, políticas e estrutura social, relações de trabalho e sindicalismo. O enfoque nas aulas é combinar uma análise das características do capitalismo contemporâneo e suas implicações no Brasil.

O curso teve por principal objetivo possibilitar a formação de dirigentes sindicais e populares; aproximar a classe trabalhadora, lideranças populares e os pesquisadores da área, como forma de capacitação, aperfeiçoamento e, também, criação de um espaço plural de debates. Nossa turma restou composta por 50 alunos, extremamente heterogênea, com interessados de várias categorias: petroleiros, bancários, metalúrgicos, profissionais da área de alimentos, jornalistas, estudantes e advogados.

DOS MÓDULOS:

O Curso está composto por 10 módulos, contendo as seguintes temáticas:

1. **19/20 de agosto - Padrões de desenvolvimento e trabalho – Prof. Denis Maracci**

FOTO

2. **23/24 de setembro - Globalização, economia e transformações no capitalismo. – Prof. Anselmo Luis do Santos**

FOTO

3. **21/22 de outubro - O Trabalho no Capitalismo Contemporâneo – Prof. Paulo de Andrade Baltar**

FOTO

4. **18/19 de novembro - As perspectivas da economia brasileira – Prof. Marcelo Manzano**

FOTO

5. **09/10 de dezembro - Mercado de trabalho no Brasil: emprego, salário e desigualdade pós crise de 2008. – Prof. Denis Maracci**

FOTO

6. **17/18 de fevereiro - Trabalho e a questão social no Brasil – Prof. Marcelo Proni**

FOTO

7. **17/18 de março - Estrutura e mobilidade social – Prof.**

FOTO

8. **07/08 de abril - Novos Movimentos sociais e sindicalismo na experiência internacional. – Prof. Hugo Dias**

FOTO

9. **12/13 de maio - Regulação do trabalho e Instituições Públicas no Brasil – Prof. Magda Biavaschi**

FOTO

10. **09/10 de junho - Negociação Coletiva, a efetividade da Regulação do Trabalho e o sindicalismo no Brasil do século XXI. – Prof. José Dari Krein**

FOTO

CIRCO DA DEMOCRACIA

O Circo da Democracia consubstanciou-se em um Fórum Público composto e organizado por mais de 100 entidades da sociedade civil e personalidades que apoiam a defesa dos direitos constitucionais e a manutenção da democracia e foi realizado entre os dias 05 e 15 de agosto na Praça Santos Andrade no Centro de Curitiba. O Instituto Democracia Popular integrou o evento a partir da organização de dois Grupos de Trabalho: GT Cidades e GT Trabalho.



GT TRABALHO

IDP e o Instituto Declatra - Defesa da Classe Trabalhadora – realizaram um espaço de formação no dia 09 de agosto das 14:00 as 17:00. A oficina dividiu-se em dois momentos:

14:00 as 15:30 – Cinema, Capitalismo e Trabalho – Professor Giovanni Alves (sociólogo do trabalho da UNESP)

15:30 as 18:00 – Direitos Trabalhistas na Corda Bamba – A pauta de retrocessos em debate – Cid Cordeiro (Economista Dieese e FES e Daniela Muradas (Professora de Direito do Trabalho da UFMG



Ainda, foi composta uma cartilha em parceria com o Declatra e a Central Única dos Trabalhadores - CUT sobre os projetos de lei que estavam ou permanecem em trâmite no Congresso Nacional e tem por centralidade a retirada de direitos dos trabalhadores. Esta publicação

teve por objetivo divulgar o grande numero de projetos a serviço de interesses econômicos em detrimento das conquistas sociais e as consequências desastrosas de eventuais aprovações de tais propostas.

CARTILHA



Esta pequena cartilha foi elaborada com objetivo de divulgar informações sobre projetos de lei que estão em andamento no Congresso Nacional e pretendem retirar direitos dos trabalhadores. Sua importância se justifica pela atual ofensiva, patrocinada por setores empresariais, contra direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora.

Para justificar as proposições legislativas, o empresariado alega que a condição econômica nacional demanda sacrifícios de todos os segmentos para retomar o crescimento. Isso não é verdade. Os projetos em tramitação encontram-se a serviço de interesses econômicos de determinados grupos e atores sociais, inclusive do Estado.

Os representantes políticos aliados do patronato pretendem onerar os trabalhadores, suprimindo direitos e garantias, com a finalidade de aumentar a exploração da mão de obra. A isso, respondemos: retirar direitos não é o caminho para combater a crise. Ela é a justificativa dada pelo empresariado para aumentar seus lucros.



A verdade é que a retirada de direitos intensifica a crise econômica brasileira. Com menos direitos e menores salários, a economia desacelera ainda mais, o poder de consumo cai, a própria produção nacional se enfraquece, e a dependência das exportações de matérias-primas a custo mais baixo se fortalece.

De outro lado, a concentração de renda se intensifica, com aumento da desigualdade social e econômica. A única forma de sairmos da crise é fortalecermos os direitos dos trabalhadores, aumentarmos os salários e gerarmos mais empregos com a redução da jornada de trabalho. Precarizar ainda mais as nossas condições de trabalho não é a solução! Por isso, é urgente que a sociedade se posicione de maneira contrária à aprovação dos projetos de lei comentados nesta cartilha.

A maioria desses projetos de lei não são recentes. A postura do empresariado brasileiro diante dos direitos trabalhistas sempre foi de resistência. Ora recusando-se a cumprir; ora opondo-se a novos direitos e lutando incansavelmente para retirar os existentes. O golpe aumenta, decisivamente, a



a possibilidade de aprovação desses projetos. Assim, não se tem dúvida de que há um golpe de Estado em curso, que não pretende somente substituir DILMA por TEMER, mas sim entregar o exercício do poder político exclusivamente à classe patronal, permitindo a ela concretizar seus antigos desejos de retirar direitos de trabalhadores e trabalhadores, aumentando a exploração da mão de obra e, por consequência, ampliando as margens de lucro.

O golpe é de uma classe contra outra. Ele partiu do patronato e os trabalhadores serão prejudicados!

TERCEIRIZAÇÃO | PLC 30/2015 (PL 4330/2004); PL 4302/1998; PLS 87/2010 – Propõe a regulamentação da terceirização sem limite, um escândalo de precarização nas relações de trabalho! Em caso de aprovação do PL, a terceirização, responsável hoje por salários 25% menores, jornadas de trabalho maiores, 80% dos acidentes de trabalho e maior rotatividade, seria a regra nas relações de trabalho no Brasil.

NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO | PL 4193/2012 – O projeto prevê que o negociado pelo sindicato nas convenções e acordos coletivos de trabalho tenha validade, mesmo que abaixo dos direitos garantidos na lei. Hoje, em regra, o sindicato só pode negociar acima do que já está em lei, ou seja, nunca prejudicando o trabalhador.

TRABALHO ESCRAVO | PL 432/2013; PL 3842/2012; PL 5016/2005 – A jornada de trabalho exaustiva e as condições degradantes de trabalho seriam retiradas do conceito de trabalho escravo. Ademais, a expropriação de terras com trabalho escravo não poderia mais ser feita.

SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO | PL 1875/2015 – Objetiva a permissão da suspensão do contrato de trabalho em caso de crise econômico-financeira da empresa.

REDUÇÃO DE JORNADA COM REDUÇÃO DE SALÁRIOS | PL 5019/2009; PL 4962/2016 (apensado a PL 427/2015) – Os projetos propõem a redução da jornada de trabalho da empresa em tempos de crise. Significaria redução da jornada com redução de salários.

TRABALHO DE CURTA DURAÇÃO | PL 3342/2015 – Propõe o contrato de trabalho de curta duração para atividades agrícolas e turísticas.

JORNADA VARIÁVEL | PLS 2820/2015; PLS 726/2015 – A decisão da adoção do trabalho em tempo parcial seria da empresa, bastando avisar ao funcionário o número de horas e os horários a serem cumpridos.

SACRIFÍCIO AOS TRABALHADORES RURAIS | PLS 208/2012; PL 5444/2005 – Propõem a extensão da jornada e trabalho para até doze horas, em razão de necessidade imperiosa e a conclusão de serviços inadiáveis. Propõem, ainda, o pagamento das horas in itinere apenas mediante Convenção ou Acordo Coletivo.

REDUÇÃO DA IDADE MÍNIMA PARA O TRABALHO | PEC 18/2011 – A proposta é reduzir a idade mínima de 16 para 14 anos, submetendo a juventude pobre à exploração e ao fim da infância.

TRABALHO INTERMITENTE | PL 3785/2012 – Nessa modalidade de contrato os trabalhadores seriam remunerados apenas quando convocados a trabalhar, além de autorizar "rodízio" dos trabalhadores entre empresas.

CONSÓRCIO DE EMPREGADORES URBANOS | PL 6906/2013 – Estabeleceria autorização para a criação de um consórcio de patrões para alternar trabalhadores.

FIM DO PAGAMENTO DO TEMPO E LOCOMOÇÃO ATÉ O LOCAL DO TRABALHO | PL 2409/2011 – O direito de receber as horas in itinere, horas de locomoção até o local e trabalho incluídas na jornada, seria limitado.

SIMPLES TRABALHISTA | PL 450/2015 – Empresas do simples poderiam contratar com menos direitos, por exemplo: pagamento abaixo do piso salarial, contribuição menor para o FGTS, contratos temporários, parcelamento do 13º e férias.

ATAQUES A INSTRUÇÕES NORMATIVAS E NORMAS REGULAMENTADORAS | PL 7341/2014; PL 1615/2014; PC 1408/2013; PDS 43/2015; PDC 1358/2013 – Estabeleceriam a prevalência das Convenções Coletivas sobre as Instruções Normativas no Ministério do Trabalho. Sustariam as Instruções.



Normativas 114/2014 e 18/2014, que instituem a fiscalização do trabalho temporário, bem como, sustariam a Norma Regulamentadora 12, que regula a segurança no trabalho visando proteger a saúde, e excluiriam o Anexo 3 da Norma Regulamentadora 15, que protege os trabalhadores a céu aberto.

RELATIVIZAÇÃO DA PROTEÇÃO AO EMPREGADO | PL 8294/2014 – Propõe que profissionais de escolaridade superior possam estipular as relações trabalho diretamente com empregador, sem a participação do sindicato.

LIMITES AO DIREITO DE GREVE | PLS 710/2011; PLS 327/2014; PL 4497/2001 – Prevê a restrição do direito de greve dos servidores públicos. Porém, a greve é necessária para garantir a negociação com a administração pública, e essa negociação ainda não foi regulamentada.

LIMITA NO TEMPO AS CONVENÇÕES E OS ACORDOS COLETIVOS | PL 6411/2013 – Propõe que, se a Convenção ou Acordo Coletivo não se renovar, perca sua validade. Hoje, as regras negociadas continuam valendo até a próxima negociação, garantindo que os setores patronais se disponham a negociar regularmente.

PRECARIZAÇÃO NOS ESTADOS | PLP 257/2016 – Com a desculpa da responsabilidade fiscal dos Estados, pretende restringir direitos dos servidores públicos com as seguintes medidas: congelamento salarial, suspensão de contratações (concurso e nomeação) em quase todas as áreas, aumento da contribuição previdenciária, incentivo à previdência privada e limitação de progressos e vantagens.

LIMITAÇÃO DE GESTÃO NOS FUNDOS DE PENSÃO | PLP 268/2016 – O projeto visa restringir a participação da sociedade e o controle sindical dos fundos de pensão, elegendo conselheiros por processo seletivo e proibindo eleição de direções sindicais e partidos políticos.

EXONERAÇÃO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO | PLP 248/1998 – Propõe que, em caso de rendimento insuficiente avaliado por superior hierárquico, o trabalhador possa ser exonerado sem processo administrativo.

ABONO DE PERMANÊNCIA | PEC 139/2015 – O abono do pagamento da previdência, para trabalhadores que poderiam se aposentar mas continuam trabalhando, seria retirado.

LIMITAÇÃO DE GASTOS EM 20 ANOS | PEC 241/2016 – Pretende alterar a Constituição, instituindo novo teto para o gasto público, que teria como limite a despesa do ano anterior corrigida pela inflação, e congelando os gastos por 20 anos. Em caso de descumprimento, no ano seguinte, ficaria proibido qualquer reajuste salarial aos servidores, bem como a realização de novos concursos públicos. Semelhante projeto de congelamento, por 10 anos, fora proposto pelo governo federal na PLP 1/2007.

BLOQUEIOS À JUSTIÇA DO TRABALHO | PL 427/2015; PL 7549/2014; PL 948/2011 – Esses PLs propõem que, da homologação feita pelo sindicato na demissão, não se poderá recorrer na Justiça do Trabalho. Acordos extrajudiciais também poderiam ser homologados, dificultando ainda mais o acesso dos trabalhadores aos seus direitos descumpridos pela via judicial.

EXECUÇÃO TRABALHISTA | PL 5140/2005; PL 3146/2015 – Estabeleceria entraves na execução do processo trabalhista, dificultando a penhora de contas e propondo limites máximos de bloqueio do patrimônio e não aplicação da desconsideração da personalidade jurídica.

CÓDIGO DO TRABALHO | PL 1463/2011 – Conjunto de propostas que pretende precarizar o trabalho, legalizar a terceirização, fragilizar a negociação coletiva e atacar o direito e greve, podendo significar a destruição da CLT.



GT CIDADES

O IDP foi um dos responsáveis pela articulação do Grupo de Trabalho que teve como tema a questão urbana no Circo da Democracia, articulação que consistia em um fórum de debates e atividades para debater as diversas questões que permeiam as pautas urbanas.

Nesse sentido o Sindicato dos arquitetos e o Instituto Democracia Popular foram os pioneiros na proposição de tal espaço, e foram responsáveis pela articulação do GT.

Na primeira reunião estiveram presentes o IDP, Coletivo Trena, Sindarq, MTST e MNPR, onde foi iniciada as discussões sobre o projeto a ser apresentado no espaço do Circo, sendo que dessa reunião surgiu a ideia de aproveitar a oportunidade do período eleitoral nspromoção de um debate, uma sabatina com os candidatos prefeitáveis de Curitiba. Na segunda reunião do GT proposta da Sabatina foi consolidada e sua construção passou a ser articulada

O evento do Circo como um todo era mais voltado ao contexto nacional, mas como as questões urbanas tem indiscutível apelo local, foi levantado que a sabatina com os candidatos seria não apenas atrativo para o público em geral, mas também uma oportunidade de capitalizar o espaço ofertado no circo para agrupar os diversos setores das pautas urbanas em torno de uma plataforma a ser a apresentada no evento e divulgada e desenvolvida até o período eleitoral, que

se concretizou e ficou intitulada de “Plataforma de Política Urbana : Um Projeto Popular para Curitiba”.

O texto da Plataforma foi escrito pelo GT e centenas de cópias foram entregues para serem distribuídas durante o evento, que contou com a participação de cerca de 700 pessoas, que ouviram as respostas das perguntas dos candidatos acerca de uma série de temas concernentes a política urbana, como moradia, questão ambiental, cultura, recursos e obras públicas, segurança pública e direitos humano, democracia e transparência

Assim a sabatina foi realizada no dia 13/08, das 14 às 17:45h, contando com a participações de três candidatos, sendo estes Xenia Melo(PSOL) Tadeu Veneri(PT) e Requião Filho(PMDB)

As organizações que integraram a articulação do GT Cidades no Circo da Democracia foram:

- Teto
- SindiUrbano
- Apuf
- IAB
- IDP
- AMBIENS
- Coletivo Trena
- Sindarq
- Observatório Conflitos Urbanos
- Associações Moradores
- Aliança pela Legalização das Moradias
- MTST
- MNPR
- Movimento Cultura Resiste (povo MinC)
- Mobiliza
- UMP
- MNLM



Plataforma da Política Urbana

A proposta da “Plataforma da Política Urbana: Um Projeto Popular para Curitiba”(ANEXO X) teve seu germe de desenvolvimento nos debates que



foram promovidos na articulação do Circo da Democracia dentro do GT Cidade. O objetivo foi da plataforma ser apresentada no espaço do Circo e divulgada e desenvolvida até o período das eleições municipais, aproveitando o momento de interesse da sociedade civil em geral pelas pautas urbanas, como

efetivamente foi realizado. Sendo assim as atividades da Plataforma se estenderam desde algumas semanas que antecedem o lançamento do Circo da Democracia até o final do período eleitoral na cidade de Curitiba.

A plataforma tinha como objetivo agrupar os diversos segmentos da sociedade civil que tem sua militância voltada para algum elemento concernente a questão urbana, nesse sentido, os eixos criados e englobados pela Plataforma são: Transporte Coletivo e Mobilidade, Moradia, Meio Ambiente e Saneamento, Função Social da Propriedade e Uso do Solo, Democracia e Transparência na Gestão Municipal, Investimentos em Obras, Cultura, Segurança, Espaços Públicos e Direitos Humanos.

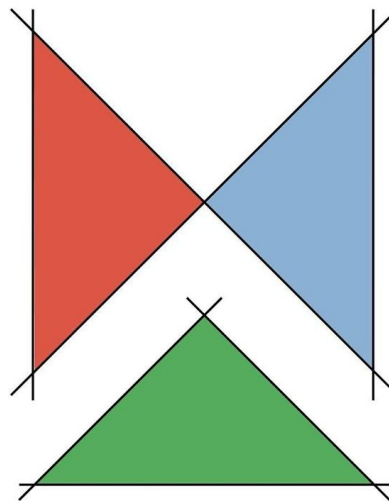
Dentre as diversas atividades que envolveram o trabalho dos membros do IDP se destacam a produção de caso de vídeos(ANEXO X) que tratam de diversos segmentos que envolvem a temática urbana:

Além disso a Plataforma teve como uma de suas atividades a busca de aderentes que concorriam a cargos políticos nas eleições municipais, nesse sentido o Instituto teve a atribuição de entrar em contato com um série de candidatos a prefeitura e vereadores

Segue link da plataforma do site e facebook:

<http://plataformapoliticaurbana.redelivre.org.br/>

<https://www.facebook.com/plataformactbapopular/?fref=ts>



PLATAFORMA DA POLÍTICA URBANA UM PROJETO POPULAR PARA CURITIBA





LANÇAMENTO DA SÉRIE DE DOCUMENTÁRIOS CIDADE AO REDOR - RETRATOS DA LUTA POR MORADIA EM CURITIBA

O Instituto Democracia Popular, em parceria com o Coletivo Jarina Multiartes (Diretor Gustavo Castro) construiu o projeto da série *Cidade ao Redor* que consistiu na produção de um conjunto de documentários em formato de curta metragem nos quais estão retratadas as lutas relativas ao direito a moradia de algumas comunidades urbanas, na perspectiva dos próprios moradores.

O objetivo desta iniciativa é apresentar o panorama de conformação destas comunidades, suas reivindicações específicas, as demandas de regularização fundiária de ocupações consolidadas, bem como a necessidade de produção de unidades habitacionais de interesse social para processos de ocupações recentes.

As áreas a serem apresentadas pela série são as comunidades do Ribeirão dos Padilhas no bairro Xaxim; a Vila São Domingos no bairro Cajuru; a Vila

Canaã no bairro Novo Mundo; a Vila Joanita no bairro Tarumã; a Vila Sabará e as Ocupações Nova Primavera, 29 de Março e Tiradentes, todas localizadas na Cidade Industrial de Curitiba.

No ano de 2016, entre os meses de maio e junho foram concluídos todos os vídeos em formato de curta metragem e foi organizado o lançamento do Projeto na APP Sindicato. Referido lançamento ocorreu no dia 24 de setembro e contou com a participação de pessoas das comunidades retratadas, bem como, contou com a presença de diversos candidatos que corriam a então eleição municipal na Cidade de Curitiba: Tadeu Veneri (PT 13) acompanhado do candidato a vice-prefeito Nasser Allan; Xênia Mello (PSOL 50); candidato a vice-prefeito Jorge Bernardi, para representar o candidato Requião Filho (PMDB 15); os candidatos a vereador (a) Bruno Meirinho (PSOL 50.050), Junia Celle/Dona Junia (PSOL 50.321), Renato Freitas (PSOL 50.550) e Tania Mandarinio (PT 13.321). Todos os candidatos acima elencados assinaram a Plataforma da Política Urbana (descrita em item acima) e se comprometeram com as levantadas.





1. Assessoria Juridica

a. Movimento Popular por Moradia/Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

O início dos trabalhos de
assessoria jurídica ao movimento



dos Trabalhadores Sem Teto se deu em 2015, quando realizada a Ocupação Tiradentes. Atualmente a assessoria se dá pela formulação e execução dos prazos judiciais referentes a cerca de 8 processos entre reintegrações de posse e interditos proibitórios, produção de documentos correlatos aos casos, pela participação em reuniões de negociações e colaborando na articulação com outros agentes, como o Ministério Público, a Defensoria, o núcleo de prática jurídica – NPJ/UFPR e a Terra de Direitos.

Os dois casos que apresentaram maior demanda e esforço ao IDP foram as ocupações Tiradentes e Dona Cida, em razão das ameaças reais de despejos coletivos. Ambas as reintegrações se encontram suspensas, a primeira por força de agravo e a segunda por reconsideração do próprio juízo de 1º grau. A atualização básica dos eventos dos processos encontra-se disponível na pasta do movimento no Y.

b. São Domingos

2. Denúncia:

Durante o primeiro semestre de 2016 uma das atribuições do IDP foi a estruturação de uma denúncia em parceria com a Terra de Direitos e Ângela Costaldello, professora de direito administrativo da UFPR. O objeto principal a da **doação de terreno pelo município à empresa de economia mista responsáveis pelos assuntos de regularização fundiária no município, e cobrança das comunidades pelo valor de mercado dos terrenos, com o escopo de capitalizar a empresa.** Essa fraude decorrente da própria natureza jurídica da própria empresa de economia mista e sua lógica lucrativista sobre as contradições sociais urbanas que deveriam de ser responsabilidade do Estado, ou seja buscar fazer uma denúncia sobre a forma de capitalização da COHAB. Se destacam, então, como pontos principais da denúncia: 1) gestão patrimonial; 2) desvio da finalidade estatutária e atuação como ente de mercado.

A estruturação da denúncia contou com uma série de atividades que foram realizadas pelos envolvidos na denúncia, como da pesquisa dos decretos de doação de terreno da Prefeitura de Curitiba para a Companhia de Habitação popular de Curitiba (COHAB) e a Empresa de Economia Mista Curitiba S.A nas ultimas décadas; a documentação que envolve toda a fundação da URBS e sua história em Curitiba baseada na pesquisa de leis e decretos que envolviam a mesma; documentos de administração da COHAB e Curitiba S.A, como seus estatutos; e o levantamento sobre toda a legislação que regra a política fundiária no

Município de Curitiba, produzindo uma grande tabulação de leis municipais; quadro societário da Cohab e Curitiba S.A.; lista funcionários fantasma da Cohab; notícias que ligam a prefeitura (e a extinta Secretaria de Habitação) à Cohab . Com todo esse material pesquisado, o Instituto produziu um grande dossiê, entrega para Profª Angela, que tinha como objetivo arma-la sobre os procedimentos municipais sobre administração do patrimônio fundiário de Curitiba

Durante o processo de construção do formato da denúncia foi decidido eleger como estudo de caso duas vilas onde IDP e TDD atuassem e que já tenham procedimento administrativo na PJHU para exemplificar como se dá, na prática, a gestão dos terrenos e a interação entre as companhias, financiadas com dinheiro público para atuar como se especuladoras fossem. As vilas escolhidas foram a Vila São Domingos e Vila Esperança.

Ainda foi realizada uma reunião com a promotoria de habitação, que tinha como objetivo relacionar outros atores da esfera urbana que teriam interesse e poderiam fortificar o caráter da denúncia. A promotoria ficou incumbida de buscar organizar uma reunião com o setor do patrimônio público no Ministério Público, a fim de dialogar sobre a viabilidade de realizar algo similar a uma auditoria pública. Além de documentações sobre a composição societária das duas companhias; balanço patrimonial das duas companhias (tanto o balanço da entidade quanto outro, mais específico, onde conste o balanço contábil associado à finalidade estatutária da companhia; ou seja, o primeiro com folha de pagamento, inventário etc e o segundo apenas imóveis e outros dados patrimoniais que dizem respeito à consecução da política habitacional); avaliação dos imóveis desapropriados/doados pelo município à Cohab nas leis encontradas (requisitar ao próprio município); convênios entre COHAB e Curitiba S.A.

8. Participação em Eventos

Datas

Março

Dia 03 as 09:00 – Reunião de divulgação do Curso de Extensão em Economia do Trabalho e Sindicalismo de com a Secretaria de Formação da APP Sindicato;

Dia 04 as 15:00 – Reunião de divulgação do Curso de Extensão em Economia do Trabalho e Sindicalismo de com a Secretaria da Direção do Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana - SINDIMOC

Dia 07 as 19:00 – Reunião de divulgação do Curso de Extensão em Economia do Trabalho e Sindicalismo na Assembleia do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná - SENGE

Dia 08 as 11:00 - Reunião de divulgação do Curso de Extensão em Economia do Trabalho e Sindicalismo no Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Paraná - SINTTEL

Dia 28 as 14:00 – Reunião de encaminhamento do Curso de Extensão em Economia do Trabalho e Sindicalismo com Sandro no DIEESE;

Dia 30 as 14:00 - Reunião Gustavo Castro sobre Série de Documentários (Cidade ao Redor) – detalhes dos filmes já realizados e cronograma lançamento;

Abril

Dia 14 as 14:00 – Reunião de encaminhamento para inscrições do Curso de Extensão em Economia do Trabalho e Sindicalismo de com diretores do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região

Dia 26 as 14:00 – Reunião de divulgação do Curso de Extensão em Economia do Trabalho e Sindicalismo com o diretor do Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo e Lojas de Conveniências em Postos de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral - SINPOSPETRO

Dia 26 as 12:30 – Reunião sobre denúncia COHAB/CURITIBA S.A com Professora Ângela Costaldello e Terra de Direitos

Dia 27 as 08:45 - Reunião de divulgação do Curso de Extensão em Economia do Trabalho e Sindicalismo de com a Secretaria de Formação da Central Única dos Trabalhadores – CUT

Dias 27 e 28 – Visitação a possíveis locais de realização do Curso de Extensão e do Lançamento da Série de Documentários Cidade ao Redor: FUNPAR; FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA; NEXCOWORKING; ALDEIA COWORKING;

SESC DA ESQUINA; SALA DO MST (CEFURIA) e CENTRO DE CAPACITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Dia 28 as 10:30 - Reunião de divulgação do Curso de Extensão em Economia do Trabalho e Sindicalismo de com a Secretaria de Formação do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina - SINDIPETRO

Maio

Dia 04 as 18:30 – Reunião Mobiliza Curitiba

Dia 20 as 14:00 – Reunião Promotora de Habitação (procedimentos)

Dia 20 as 17:00 – Roda de Conversa na Ocupação do IPHAN como representação do Mobiliza Curitiba

Dia 24 as 15:00 - Reunião de divulgação do Curso de Extensão em Economia do Trabalho e Sindicalismo de com a Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fumo no Estado do Paraná e nas Indústrias de Cacau, Balas, Doces, Bebidas em pó e Preparados Sólidos para refrescos do Município de Curitiba - SINTRAFUCARB

Junho

Dia 02 - 19:30/21:30 – Reunião da ALM¹: esta reunião teve como pauta tópicos relativos ao posicionamento e participação das representações da ALM na Conferência da cidade de Curitiba. Foram dadas orientações gerais sobre o funcionamento do evento, de como realizar a inscrição, questão documental e qual seria, de modo geral, a postura da ALM com relação a determinados temas tratados.

Dia 08 – 18:30/22:00 - Reunião da RENAP² (Ata anexa – doc.01)

Dia 15 – 18:00/22:00 - 1º dia da CONCITIBA³ (Relatório anexo – doc. 02)

Dia 16 – 14:00/17:00 - Oficina da ALM (Ata anexa – doc. 03)

Dia 16 – 19:00/21:30 - Reunião com Direito pra Todas e Todos Reunião DPT – realizada na sede do Instituto com o fito de debater a divisão de tópicos para construção da contestação da reintegração de posse da Ocupação Tiradentes. (Contestação anexa – doc. 04)

Dia 17 – 08:30/18:00 - 2º dia da CONCITIBA (Relatório anexo – doc. 02)

Dia 18 – 08:30/18:00 - 3º dia da CONCITIBA (Relatório anexo – doc. 02)

Dia 23 – 09:00/12:00 - Debate Minuta Zero e Relatório da ONU sobre População de Rua (Relatório anexo doc. 05)

¹ ALM – Aliança pela Legalização das Moradias

² RENAP – Rede Nacional de Advogados Populares

³ CONCITIBA – Conferência da cidade de Curitiba

Dia 23 – 14:00/16:30 - Reunião de Trabalho sobre a luta pela Democratização da Justiça no Paraná com JusDh⁴, Terra de Direitos, professores da UFPR, representantes do SINDIJUS e sociedade civil.(Ata anexa – doc. 06)

Julho

Dia 5 às 18:30 - Reunião do GT Cidade Circo da Democracia

Dia 7 às 9:30 – Reunião do GT Trabalho do Circo da Democracia no escritório DECLATRA

Dia 8 às 14:00 – Reunião Geral da organização do Circo da Democracia

Dia 12 – Reunião junto a Terra de Direitos e Prof^a Angela sobre denúncia

Dia 13 às 15:00 – Reunião do GT Trabalho no SENGE

Dia 13 às 18:00- Reunião do GT Cidade no IDP

Dia 19 às 18:30 – Reunião do GT Cidade às 18:30

Dia 20 às 16:00 – Reunião do GT Trabalho

Dia 22 às 14:00– Reunião Geral da organização do Circo da Democracia

Agosto

Dia 2 às 17:00 – Reunião GT Cidade no SENGE

Dia 8 e 9 – Seminário sobre Plataforma Urbana

Dia 9 às 14:00 – Espaço no Circo da Democracia destinado ao GT Trabalhista

Dia 13 às 14:00 – Espaço no Circo da Democracia destinado ao GT Cidade

Dia 19 e 20 às 19:00 e 8:00 – 1º Encontro do Curso CESIT

Dia 29 às 18:30 – Reunião da RENAP

Dia 29 às 10:00 – Reunião sobre construção da denúncia

Dia 30 às 19:00 – Reunião de Construção da Plataforma da Política Urbana

Dia 31 – Reunião com Promotoria de Habitação, comparecendo IDP e TDD para questionar sobre os procedimentos da COHAB.

Setembro

Dia 1 às 13:00 – Reunião com MPM sobre processos judiciais

Dia 1 às 18:30 – Reunião com Nasser e Tadeu Veneri, com objetivo de apresentar IDP.

⁴ JusDh – Articulação Justiça e Direitos Humanos

Dia 5 às 19:00 – Reunião da AMAV com participação do IDP, com objetivo de debater a passagem da presidência da associação de moradores

Dia 14 às 19:00– Reunião no Ribeirão dos Padilhas para debater exposição do projeto no HABITAT III

Dia 15 às 18:00 – Prévia do Cidade ao Redor na APP Sindicato

Dia 16 às 14:30 – Reunião de Balanço do Circo da Democracia (proposta projeto circo em movimento)

Dia 23 e 24 – 2º Encontro do Curso do CESIT

Dia 24 - Lançamento da Série Cidade ao Redor

Outubro

Dia 6 – Evento com Magda Biavaschi realizada pelo Advogado pela Democracia

Dia 11 – Reunião com TDD sobre o Habitat III

Dia 14 a 22 – Participação no Habitat III(vide relatório ANEXO)

Dia 21 e 22 às 19:00 e 8:00 – III encontro do Curso CESIT

19 e 23 – Participação no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil

Entre os dias 19 e 23 de outubro de 2015 foi realizado o curso de “Gestão de Parcerias com Organizações da Sociedade Civil: Nova Lei de Fomento e de Colaboração (Lei 13.019/2014)”. O curso consistiu, em síntese, na exposição do novo marco regulatório das organizações da sociedade civil (na época ainda não sancionado). A nova lei trouxe uma requalificação da regulação e do arsenal conceitual relativos às organizações da sociedade civil no direito administrativo.

Pela lei extinguiram-se os convênios, comumente utilizados para parcerias dos entes federados com as OSCs e cria-se novos instrumentos jurídicos e as novas regras, desde a seleção das propostas, passando pela execução até a prestação de contas. A lei veio responder algumas demandas do campo das OSCs, como critérios mais rigorosos para as parcerias e uma tentativa de desburocratização dos procedimentos. Principais mudanças trazidas pela Lei 13.019/2014 são:

- Abrangência nacional da nova legislação, que passa a estabelecer as mesmas diretrizes para União, Distrito Federal, estados e municípios, quando das parcerias dos entes da Federação com OSCs;
- Obrigatoriedade do chamamento público para realizar parcerias com as organizações;

- Cria os instrumentos “Termo de Fomento” para a consecução de planos de trabalhos propostos pelas organizações da sociedade civil, com o objetivo de incentivar e reconhecer iniciativas de interesse público desenvolvidas ou criadas por essas organizações; o “Termo de Colaboração” para a consecução de planos de trabalhos propostos pela administração pública, com o objetivo de implementar suas políticas públicas; e o “Acordo de Cooperação” para as parcerias realizadas sem transferência de recursos.

- Para celebrar parcerias com o Estado, as OSCs deverão comprovar tempo mínimo de existência, sendo três anos para atuar junto com a União, dois anos com DF e estados e um ano com municípios.

Desdobramentos do curso no IDP: Ao início de 2016, no seminário e do período consequente, foi promovido o intento de revisão do Estatuto do IDP a fim de adequá-lo à nova legislação, bem como rever questões de nossa estrutura organizacional. O texto final do Estatuto foi enviado à equipe de Brasília envolvida com a produção da legislação. Desde então a proposta de revisão do Estatuto encontra-se estacionada.

Novembro

Dia 19 às 8:00 – I Encontro do Diálogo sobre Assistência Técnica e a Lei

11.888/08



Dia 18 e 19 – 4º Encontro do Curso CESIT

Dezembro

Dia 12 –

